
CORONAVÍRUS
EDUCAÇÃO
E A LUTA DE CLASSES
NO BRASIL

VOL. I

SÁVIA BONA | **JOÃO RODRIGO** | **LETÍCIA FIERA**
OLINDA EVANGELISTA | **RENATA FLORES**
ELIEZER SOUSA | **ANDERSON VIANA**
LUCIMÉA LIMA | **MARCUS BERNARDES**

TERRA SEM AMOS editora

EDITORA TERRA SEM AMOS. 2020

Sávia Bona V. Soares
João Rodrigo V. Martins
Letícia Fiera
Olinda Evangelista
Renata Flores
Eliezer Henrique da Silva Sousa
Vanderson Viana Rodrigues
Luciméa Santos Lima
Marcus Bernardes

Atribuição-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0) Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

TERRA SEM AMOS editora

www.terrasemamos.wordpress.com

www.facebook.com/tsa.editora

www.instagram.com/tsa.editora

tsa.editora@gmail.com

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

5484 SOARES et al.

Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.

44p.

ISBN: 978-65-990958-2-5

1. Coronavírus 2. Educação 3. Luta de Classes. 4. Brasil I. Título

CDD: 303.64

SUMÁRIO

CORONAVÍRUS E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA EDUCAÇÃO

Sávia Bona V. Soares05

EDUCAÇÃO COMO LÓCUS DA LUTA DE CLASSES NA PANDEMIA

João Rodrigo V. Martins15

CHANTAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA ASSEGURAR O “DIREITO DE APRENDIZAGEM” AOS “VULNERÁVEIS”

Letícia Fiera, Olinda Evangelista e Renata Flores21

O VELHO COM CARA DE NOVO: JAIR BOLSONARO - ATAQUES E SUCATEAMENTOS A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Eliezer H. da Silva Sousa; Vanderson V. Rodrigues29

DO CAOS À PANDEMIA: EDUCAÇÃO EMERGENCIAL EM ESCOLAS DO CAMPO

Luciméa Santos Lima e Marcus Bernardes 35

CORONAVÍRUS E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA EDUCAÇÃO

SÁVIA BONA V. SOARES

O ano de 2020 será difícil de esquecer. É um ano em que uma das maiores pandemias da história se alastra por quase todos países do mundo. Percebemos então que as fronteiras tão rígidas são imaginárias para a natureza não humana. O vírus não respeita as divisões de países, não pede licença, não solicita “visto” e aparentemente não respeita a divisão de classe, gênero ou raça. Ao mesmo tempo, ele escancara as mazelas do mundo capitalista. Evidencia a perversidade do avanço do neoliberalismo na saúde pública, mostra que até os países do “primeiro mundo” cortaram verbas e os sistemas de saúde colapsam. Eles são o exemplo a não seguir, ninguém mais quer ser como a Itália ou a Espanha, ou ainda os EUA, afinal a situação nesses países se demonstra caótica.

A partir desse quadro aparece um clamor dentro da ala progressista no mundo. A esperança é que a pandemia ensine que o investimento em saúde pública, em ciência/educação são o melhor caminho. Surge esperança no meio das cinzas, acreditam que a crise vai criar as condições para a mudança. É como se o povo não precisasse fazer nada: apenas esperar e o novo mundo vai surgir, assim, do nada. Cresce a “fé” de que o Estado vai fazer sua parte, vai finalmente ser

o nosso protetor. Entretanto, o tempo passa, e com ele a solução da mudança “de cima para baixo” vai se desfazendo. O vírus não escolhe seus hospedeiros baseado nas divisões de classe, raça, mas os governos e capitalistas cumprem essa missão: expõem os mais pobres, a população negra ao trabalho e resguardam os mais ricos em suas casas.

A solução dos governos, longe de ser voltada para uma maior solidariedade entre países, ou um maior investimento público no que interessa a população marginalizada (saúde, educação, seguridade social, cultura), é o exato oposto. Aprofundam as desigualdades, salvam os bancos, investem nos aparatos repressivos ao mesmo tempo em que anunciam medidas de austeridades para as áreas sociais. A pandemia, longe de enterrar o neoliberalismo, acelera seu entranhamento, reforça a política que já vinha em curso mais lentamente. Utilizam-se da retórica da enorme crise que está por vir para anunciar suas medidas de cortes de salários, flexibilização de direitos trabalhistas. A intensão é que a população vá se “acostumando” com a ideia e que, apesar de se sentirem injustiçadas, pensem que “não tem jeito”, “pior é ficar sem emprego”.

A educação não escapa desse processo de precarização e a pandemia vem apontando para o aprofundamento de duas tendências do projeto neoliberal brasileiro: a ampliação da educação a distância e a militarização das escolas. Tais projetos, apesar de estarem pautados em técnicas distintas, o primeiro na flexibilização do ensino (em uma aparência de desordem) e o segundo na rigidez do ambiente escolar (em uma aparente ordem absoluta), se complementam ao atenderem a dois objetivos comuns: a ultra-centralização da educação e o controle sobre os corpos e mentes.

2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: FLEXIBILIZAÇÃO PARA DOMINAÇÃO

Quando se anuncia a chegada do COVID-19 no Brasil um dos primeiros passos dos governantes para “conter” o vírus é decretar o fechamento das escolas, simbolizando assim que a situação não

estava “normal”. Os prazos dos decretos seguem sendo ampliados e a pressão pela continuidade dos estudos fez com que se tirasse da gaveta um projeto que há muito tempo fazia parte das aspirações dos governos e empresas privadas de educação: a educação a distância (EAD). Do dia para a noite essa modalidade que até então era proibida¹ como ferramenta prioritária na educação básica, torna-se a solução pragmática para o momento da crise pandêmica².

O grande problema é que a EAD, longe de ser uma solução restrita aos tempos de pandemia, será, possivelmente, uma herança para momentos posteriores. As novas tendências do capitalismo informacional, e conseqüentemente as novas demandas do mundo do trabalho, vêm pressionando o sistema educacional para a “inovação”. Nas avaliações dos organismos multilaterais, bem como na oratória dos que defendem um modelo empresarial de educação, a emblemática sentença “Temos escolas do Século XIX com professores do Século XX para alunos do Século XXI” vem imprimindo no imaginário social a necessidade de inovação da educação. A escola aparece como o que há de mais arcaico, seguida pelos professores.

Nesse contexto, a possibilidade de que o ensino deixe de ser centrado na escola enquanto estrutura física e possa se dar no ambiente virtual é uma das grandes apostas do neoliberalismo para a modernização da educação. O capitalismo dos nossos dias requer um trabalhador flexível. Sendo assim, nada mais integrado com sua nova dinâmica de exploração do que desenvolver uma educação igualmente flexível. Se uma das tendências esperadas do novo trabalhador é que este tenha um mínimo de conhecimento tecnológico para manejar os aplicativos, bem como tenha entranhado a ideologia do “microempresário” e ainda naturalize a ausência de local de trabalho,

1 Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996): “o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. Já para o ensino médio é previsto um máximo de 30%.

2 O Ministério da Educação autorizou, no dia 18 de março, a adoção emergencialmente da modalidade a distância para cursos presenciais.

a educação de massas precisa inovar para cumprir com a missão de preparar tecnicamente e ideologicamente esse novo trabalhador. É nesse contexto que a EAD demonstra uma grande possibilidade de se expandir como uma alternativa para suprir as novas necessidades. Lembremos que esta modalidade traz inúmeras vantagens econômicas, pois diminui substancialmente os “gastos”, abre um lucrativo mercado e ainda permite uma considerável expansão do ensino em um curto espaço de tempo.

O sistema educacional tradicional não conseguiria solucionar os problemas no curto prazo. Ampliar sua abrangência implicaria em altos custos de infra-estrutura; demandaria tempo para a preparação adequada de recursos humanos; exigiria esforço coordenado de toda a sociedade para a criação e implementação das condições favoráveis a fim de que todos os cidadãos, de todas as idades, tenham acesso aos bens do conhecimento³.

Bem, se as causas para a implementação da EAD são claras, é necessário discutir também suas possíveis consequências. A primeira delas é que a sua implementação de modo aligeirado esbarra na falta de acesso à internet de grande parcela dos estudantes e inclusive de uma significativa parte do corpo docente. A isso soma-se o desconhecimento de um amplo setor do professorado no manejo de tecnologias para elaborar uma aula minimamente “interativa”. Assim, onde ainda se consegue realizar as ditas atividades virtuais, elas acabam, muitas vezes, por se constituírem em um mero aprofundamento das metodologias tradicionais (exercícios, correções, aulas expositivas) e não em um aproveitamento da tecnologia para desenvolver técnicas mais atrativas e estimulantes de aprendizagem.

O que se pode observar é a “modernidade” tecnológica servindo para reforçar o que há de mais arcaico pedagogicamente. É a modernização conservadora da educação, o intento de inovar para manter as estruturas sociais tal qual estão. O educar vira sinônimo

³ Parecer de 2002 do Conselho Nacional de Educação sobre educação a distância, disponível em <http://tiny.cc/6vkuoz>, acesso maio de 2020.

de conteúdo e aula expositiva, os projetos, as peças de teatro e demais processos educativos vão deixando de fazer parte das metodologias de aprendizagem pois são impossíveis de se desenvolver nessa lógica virtual. A velha, mas ainda forte, educação bancária (FREIRE, 2004)⁴ agora tem um ar moderno apenas porque os depósitos de conteúdo são feitos por professores hologramas. As discussões, debates de ideias e contestações que já eram difíceis na estrutura verticalizada da escola, torna-se ainda mais complexo e até sem sentido em uma escola virtual.

A flexibilização do ambiente escolar centraliza os conteúdos e constrange outras abordagens distintas da “oficial” limitando outras opiniões, contrapontos e discussão de temas considerados polêmicos. Apesar de a figura do professor ainda existir, ele está coagido, encontra-se submetido à constante vigilância e controle das secretarias de educação, das direções das escolas e dos pais. Depois de inúmeros filtros, os conteúdos e as aulas que sobram são enxutos, o professor-holograma vai perdendo sua autonomia e passa a ser apenas um ser que dá voz a falas que não o pertencem, ou que não exprimem realmente o que pensa.

A solução para o atraso da escola é então a individualização do processo educativo. Sozinho, o estudante pode ser melhor moldado. Ao ser arrancado do lugar de estudo⁵ objetivam que não exista mais sentimento de pertencimento com a comunidade escolar. Ao ter acesso a contatos meramente virtuais o confinam voluntariamente ao espaço domiciliar, a rua já não deve ser sua. Ao restringirem o convívio com outros estudantes/professores e comunidade escolar minimizam a possibilidade de associação e de discussão coletiva. A centralização é a intenção e a atomização é a consequência dessa solução para a educação.

4 Pedagogia da autonomia.

5 Cabe lembrar que em inúmeras realidades a escola ainda é um dos lugares mais livres e seguros da comunidade.

3. OBEDECER É PRECISO! AS ESCOLAS MILITARES E A OUTRA FACE DA MOEDA

Falar que a educação a distância é um projeto neoliberal não causa estranhamento. Já afirmar que as escolas militares também são parte desse projeto, e não um desvio para atender os caprichos de governantes autoritários, ainda surpreende aqueles que reduziram o neoliberalismo ao “Estado mínimo” e aos que acreditaram que esta é a doutrina da liberdade. Mas se recordarmos a aplicação dos modelos neoliberais nos países da periferia do capitalismo veremos que foram impostos a partir do autoritarismo e de uma reconfiguração do Estado fortalecendo seu caráter repressivo-penal: seja com ditaduras abertas, a partir de outras formas de Estados de Contrainsurgência (MARINI, 2009) ou ainda a partir das guerras de conquista impulsionada pelos países centrais sob as bandeiras da defesa da liberdade e da democracia nos moldes ocidentais⁶. Como não lembrar também do emblemático exemplo do neoliberalismo no Chile, implementado pelo *Chicago Boys* durante a ditadura Pinochet?

Se na prática não existem grandes contradições entre o liberalismo e o autoritarismo, tampouco teoricamente a convivência entre a liberdade de mercado e o Estado autoritário é uma contradição. Mises, da Escola Austríaca, afirmou que “[...] o nível atual do desenvolvimento econômico nunca teria sido atingido se não houvesse sido encontrada uma solução para o problema das contínuas insurgências (...) nossa atual economia não mais poderia suportar tais convulsões” (MISES, p.43). De acordo com Constantino (2010)⁷, para Mises, “a paz só seria alcançada pelo estabelecimento de um sistema no qual o poder de usar a violência fosse monopolizado por um aparato social de coerção, regulado por determinadas regras”. Assim, a liberdade precisaria da coerção violenta de forças repressores, bem como o monopólio da violência a partir do Estado. A função do Estado para ele seria, em essência, “a defesa do sistema social livre contra criminosos internos e também inimigos externos” (CONSTANTINO, 2010).

⁶ Como os exemplos do Afeganistão, Iraque, entre outros.

⁷ Disponível em: <http://tiny.cc/8bluoz> (acesso em abril de 2020).

Em tempos “normais” o autoritarismo já é necessário para conter as revoltas derivadas das inerentes desigualdades, bem como para garantir a expansão do mercado. Em tempos de crise pandêmica (que acelerou a crise econômica e social), o maior inimigo do Estado brasileiro, o seu próprio povo, está prestes a perder a paciência e a convulsão social é uma realidade iminente. Para combater a revolta da população contra o Estado, as armas repressivas são grandes aliadas. Em decorrência disso temos, por exemplo, o aumento da polícia nas ruas para evitar saques⁸ e o encarceramento em massa. Afinal é necessário garantir a liberdade, do mercado, e a paz, dos negócios, é claro.

A educação nesse contexto cumpre um papel importante. Não é à toa que, em meio a pressão de empresários e de Bolsonaro pela volta à normalidade, pelo fim do isolamento social, Bolsonaro expressa a intenção de reabrir as escolas. Ora, se fechá-las foi um dos primeiros passos em direção ao isolamento social, reabri-las significaria simbolicamente um retorno à normalidade, imprimindo no imaginário social que já não existe motivo para manter-se em casa.

Estive com o governador Ibaneis Rocha. Conversamos da possibilidade de abriremos, aqui da minha parte, o colégio militar. Da parte dele, os colégios da PM e o dos bombeiros, bem como das escolas cívico militares a partir de segunda-feira, ok. Esse talvez seja o primeiro gesto pra nós aqui voltarmos à normalidade no tocante ao estudo aqui no Brasil” (Bolsonaro, 20 de abril de 2020)

A fala de Bolsonaro é direcionada em um primeiro momento às escolas militares. Tal fato não se dá por acaso mas sim devido a algu-

8 “A Polícia Militar do Rio mudou o policiamento em todo o estado por conta da pandemia de coronavírus. Desde o último dia 23, o comando da corporação determinou que todas unidades operacionais da corporação façam comboios em áreas com concentração de supermercados e bancos para evitar saques e arrombamentos. A ordem vale até o dia 13 de abril, novo prazo dado pelo governador Wilson Witzel para a medidas restritivas de circulação no estado. O novo modelo tem como objetivo “impedir atos de vandalismo, bem como a prática de crimes contra o patrimônio, dando atenção a estabelecimentos comerciais”. O patrulhamento também será feito em mercados e bancos fechados”. Disponível em: <http://tiny.cc/85kuoz> (acesso em maio de 2020).

mas características de tais escolas: 1) primeiramente quando Bolsonaro fala em direção às escolas militares está falando para uma base social que ele acredita ter maior apoio, sendo assim mais provável de contar com a adesão e/ou com a pressão dessa comunidade escolar para o retorno às aulas; 2) do ponto de vista prático, nas escolas militares, devido à constante vigilância e controle, há uma maior chance de garantir que os estudantes e professores cumpram as recomendações sanitárias (utilização de máscaras, respeito à distância, etc) e, por fim; 3) o apelo à obediência cega, típico da ideologia militar, e o clamor para os “guerreiros”, “corajosos”, a “linha de frente”, os que estão dispostos (ou são obrigados) a fazer sacrifícios pessoais pela economia em nome do bem geral: os militares tão importantes para o necroliberalismo (MBEMBE, 2020)⁹ precisam assumir sua posição de pioneiros.

4. O CAMINHO É A MUDANÇA ESTRUTURAL DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE

Diante do avanço do neoliberalismo na educação crescem as tentativas de buscar outras possíveis soluções para o enfrentamento a essa complexa situação, mas em tempos de pandemia a resposta rápida parece não existir. De fato, frente ao atual contexto, as resistências que são possíveis (e fundamentais) são as que protagonizam muitos professores, que negam a EAD como ferramenta de formação, e a resistência de pais e docentes contra a reabertura das escolas militares¹⁰. Entretanto, é fundamental ir além do imediato: é imprescindível questionar o modelo de educação e sociedade que se tem construído no Brasil.

Lembremos que nosso modelo de escola é baseado na aglomeração, com escolas abarrotadas de estudantes nos grandes centros

9 “La pandemia democratiza el poder de matar”.

10 Pais de alunos de escolas militarizadas do D.F. fizeram um abaixo assinado online para barrar a volta as aulas em meio a pandemia. Em menos de 48h já tinha mais de 15 mil assinaturas. Disponível em: <http://tiny.cc/feluoaz>, acesso em maio de 2020.

urbanos. Tal modelo de escola está intrinsecamente ligado ao modelo urbano de sociedade que vem se desenvolvendo ano após ano, baseado na expansão do agronegócio que, além de destruir a vegetação nativa, expulsa a população do campo para a cidade. O modelo agroexportador criou as grandes aglomerações urbanas carentes de infra-estrutura, propiciou o aparecimento de diversas enfermidades, bem como possibilitou sua proliferação. Para a educação a expansão do agronegócio significou o fechamento de inúmeras escolas do campo¹¹. Sob o argumento da pouca densidade populacional, o Estado optou pela transferência dos estudantes das pequenas escolas para grandes escolas-núcleo. Como consequência inevitável, em tempos de pandemia, a escola configurou-se como um dos principais lócus de propagação do vírus.

Sendo assim, parece-nos claro que esse é um importante momento para repensarmos toda a nossa estrutura educacional e social. É imprescindível direcionarmos nossos esforços para a destruição do agronegócio, bem como de todas as instituições baseadas na exploração do trabalho pelo capital. Urge a necessidade de um amplo movimento de retomada de terras protagonizado por todos aqueles que foram expulsos do campo para a cidade. Através desse movimento teremos a possibilidade concreta de descentralização política e desconcentração física das escolas pelo território, com escolas menores, mais próximas e mais controladas a partir de cada comunidade. Como afirmara Paulo Freire, “[...] a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Por isso, é essencial que essa nova educação seja construída de baixo para cima e esteja combinada com ações que visem mudar radicalmente a estrutura social.

Tais iniciativas permeiam toda a história dos dominados: suas contribuições vão desde o processo educativo do organizar-se coletivamente, das ações mutualistas, dos laços de solidariedade até a construção de escolas que nascem com o intuito de casar as suas as-

¹¹ De acordo com dados do INEP entre 1997 e 2018 foram fechadas mais de 80 mil escolas no campo, uma média de 4 mil escolas por ano. Disponível em: <http://tiny.cc/jhluoz>, acesso abril de 2020.

pirações societárias com uma instrução condizente com esse projeto. Daí vemos emergir de baixo para cima experiências como as Escolas Modernas, baseadas nos preceitos da instrução integral¹²; as escolas zapatistas que surgem como ferramenta para construção da autonomia em suas comunidades; temos inúmeros exemplos no Brasil de escolas construídas pelos/pelas camponeses/as, indígenas, quilombolas que tomam para si e por si o processo educativo, para que este contribua com a sociedade que vislumbram. Como não refletir sobre os diversos exemplos protagonizados por comunidades camponesas, indígenas e quilombolas que, em meio a pandemia, decidem pelo isolamento comunitário, ao invés do isolamento individual/familiar? Nestas experiências, nas quais essas comunidades já construíram sua “arca de nóe” (ZIBECHI, 2018), ou seja, que conseguem o mínimo de autossuficiência, o isolamento comunitário para prevenir a entrada do vírus é possível¹³, bem como a continuidade de atividades educativas no nível comunitário não precisa sofrer interrupções.

Direcionemos, então, nosso olhar para os de baixo para aprender com eles e para nos unirmos na luta por uma sociedade e educação livres. Que esta crise nos ensine a não esperar soluções vindas de cima pois o novo não virá a partir das velhas estruturas. Construamos o novo com autonomia, com nossas próprias mãos, não esqueçamos que só o povo salva o povo.

12 Para aprofundamento nessa proposta recomendamos a leitura de Paul Robin, Ferrer y Guardia, Bakunin entre outros.

13 Temos vários exemplos de comunidades que estão fazendo isso no Brasil e no mundo.

EDUCAÇÃO COMO LÓCUS DA LUTA DE CLASSE NA PANDEMIA

JOÃO RODRIGO V. MARTINS

Nós, educadoras/es, temos vivenciado nos últimos anos ataques ferozes à educação que estão dentro de uma ampla política de privatização e mercantilização da educação no Brasil tocada por governos social-democratas, como o PT, de direita e extrema direita como PSDB, MDB (antigo PMDB) e o Governo Bolsonaro (sem partido, no momento).

A oposição a esse influxo veio das ruas, da luta organizada dos estudantes, professoras/es, sindicatos, movimentos sociais, grupos e coletivos, partidos, com ganhos pontuais, mas também inúmeras baixas.

Este texto vai utilizar como foco a cidade de São Paulo, não por considerar mais relevante ou protagonista na resistência, mas pelo fato de ser o local de atuação do companheiro que aqui escreve. Logo essas reflexões são feitas também a partir de experiências concretas de luta e não apenas de considerações teóricas ou de pensamento.

Conforme dito, o projeto de mercantilização da educação não surge agora com a pandemia do novo coronavírus. Embora os governos petistas tenham criado 14 novas universidades federais, por volta de cem novos campi e expandido o acesso a universidades privadas,

esse processo foi seguido de uma mercantilização e precarização que resultou nas grandes greves de 2012 e 2015. É interessante ressaltar que a ponta de lança desse projeto não foi público, mas sim privado. Mais de 90% das novas vagas eram nas universidades privadas, via FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e PROUNI (Programa Universidade para Todos), que significaram transferências de dinheiro público para iniciativa privada. Com isso não quero argumentar que os governos PT criaram o modelo de privatização da educação, ele é anterior (vide política neoliberal do FHC) , pontuo isso para dar base à reflexão.

O fundamento, nessa lógica, é de que é mais “viável” subsidiar o ensino privado do que as universidades públicas e isso tem como consequência, além da precarização, a quebra da tríade ensino – pesquisa – extensão, sendo que as duas últimas viram itens de luxo.

Em tempos de governo Temer e Bolsonaro a situação da mercantilização da educação se acentuou e se tornou mais evidente. Temer começou a pautar com mais ênfase o ensino a distância (EAD) e foi aprovada a lei n. 13.415/2017, dando roupagem no ensino de currículo utilitarista e tecnicista, com “diluição” (leia-se extinção) de sociologia, artes e filosofia no ensino médio, ampliando a carga horária do ensino médio, criando um abismo entre escolas da classe trabalhadora e escola da elite. Foi uma medida extremamente autoritária, sem diálogo com a população, professoras/es e profissionais da educação, que tinha como um dos elementos centrais a valorização de parcerias público-privadas. Assim, o ensino deixa de ser pensado como direito e é considerado produto/serviço, no qual os filhos dos ricos podem pagar e, portanto, escolher o “menu” como se fosse clientes enquanto os filhos da classe trabalhadora ficam à mercê das precárias condições do ensino público.

Tal política do governo Temer está dentro de um espectro social mais amplo da farsa fiscalista que reduz gastos públicos, amplia privatização e terceirização e integra a educação às necessidades do capitalismo financeiro nacional e internacional.

A educação no governo Bolsonaro caminha nesse sentido, porém de maneira mais agressiva, na privatização da educação, beneficiando grandes grupos educacionais nacionais e internacionais (conforme anúncio de Paulo Guedes no Fórum de Davos neste ano) tais como Kroton, Estácio Participações, Laureate Education. O agravante aqui é que a proposta de mercantilização vem junto com a moralização (escola sem partido – ideologia de gênero), a militarização (caso das escolas militares e exaltação à ditadura militar) e o endosso da educação à distância. Neste governo foi lançado o Programa Future-se, caracterizado, resumidamente, por: visar à privatização do ensino superior nos Institutos Federais que seriam geridos por OS's; a pesquisa estaria a serviço do mercado, aproximando-a dos empresários; precarização da carreira docente, dentre outros.

No momento de pandemia nos encontramos na garupa da moto que tem o Ministro da Educação Abraham Weintraub como piloto. E quais foram as orientações diante da quarentena? A educação básica deve continuar na modalidade a distância, haja visto que as escolas estão fechadas.

A princípio parece que devemos concordar, certo? Sim e não. Com toda certeza a quarentena é extremamente necessária, por outro lado, devemos entender essa proposta de EAD como uma possibilidade que se abre para imposição maior propagação do ensino a distância no Brasil. Devemos ter uma leitura global de todas as políticas de educação nos últimos anos para compreender o que está em jogo. EAD deve ser um recurso complementar, não central, educação é um processo dialógico que pressupõe o encontro, a presença, olho no olho.

Entrando especificamente nas experiências concretas desse tipo de ensino, na cidade de São Paulo o ensino a distância também foi estabelecido, mesmo após várias críticas e indicações de que o ensino EAD reforçaria as desigualdades estruturais da sociedade brasileira, marcada por diversas clivagens sociais.

Dado isso, a realidade é que essa proposta reafirmou as desigualdades entre um nível micro, escolas públicas e particulares, e um

nível macro, entre classes trabalhadoras e elites, classes altas e médias. Seguramente a esfera micro e macro aqui se interrelacionam, pois a maior parte do público das escolas públicas são os filhos das classes trabalhadoras, o contrário também é certo.

Muitos estudantes de escolas públicas não têm acesso à internet em casa ou mesmo tem apenas um computador/celular que já está sendo utilizado por outra pessoa do grupo familiar. Nas periferias de São Paulo as condições de habitação são marcadas por alta densidade populacional, muitas pessoas num mesmo imóvel, e um precário acesso a muitos serviços. Na conjuntura de pandemia isso piorou, posto que muitas/os trabalhadoras/es são informais, autônomos e dependem da renda do trabalho diário para sobrevivência. Muitos comitês de apoio mútuo e solidariedade tem contribuída nesse momento, explicitando a máximo que só o povo salva o povo, enquanto governo federal liberou mais de 1 trilhão para os bancos sem contrapartida alguma.

Como, diante desse caos atravessado pelas diferenças de classes sociais, poderiam os estudantes de escolas públicas na periferia acessar um computador/celular para fazer sua atividade diária? Aqui estamos falando em urgências maiores, de alimentação e existência, como diz Chico Science “com o bucho mais cheio comecei a pensar”. Se a urgência é alimentação, a educação vem depois. O fechamento das escolas, municipais e estaduais, significou para muitos estudantes a perda de refeições diárias, pois na escola recebia-se de uma a três refeições, dependendo do nível de escolaridade. Isso sobrecarregou o orçamento dessas famílias que já era baixo e sofreu perdas maiores pelas quarentena e impossibilidade de trabalhar.

A nível federal, depois de muita briga e demora, liberou-se renda emergencial para informais, inscritos no bolsa família, desempregados, autônomos, dentre categorias. Essa política levou quase um mês para sair e ainda não atingiu o número total de necessitados, ou seja, tem muita gente que está contando unicamente com a solidariedade de classe das iniciativas populares.

Aqui em SP, há um projeto de merenda escolar em casa, chamado Merenda em Casa, disponibilizado via aplicativo. Nele será possível receber um valor ínfimo, R\$ 55,00 por aluno da rede estadual de ensino, para cobrir a alimentação. A ação encontra entraves de não chegar a todos que precisam e pela dificuldade de acessá-lo via internet e também pelo fato desse valor não cobrir de fato a alimentação que os estudantes recebiam na escola. Nessa crise grande partes dos produtos de alimentação estão mais caros. O que fazer? Tem um ditado que diz “Eat the rich”.

O que fica evidente é que existe um pressuposto no governo federal e estadual de que todos têm acesso a celular, computadores e internet, porque estamos nesse capitalismo financeirizado e globalizado, logo todos têm acesso a esse tipo de serviço. Quem pensa assim realmente nunca pisou em uma periferia de São Paulo ou de qualquer outra metrópole porque em muitas quebradas não se tem nem saneamento básico. Outro condicionador que tem agravado as condições de contágio e tratamento para população trabalhadora e periférica. Aqui na capital de São Paulo, o maior número de contágios está nos distritos centrais e com mais recursos, mas a maior letalidade está nas pontas, nas periferias. Isso reflete não apenas condições de habitação, mas também acesso a serviços de saúde público, que tem sido destruídos nos últimos anos no Brasil favorecendo os planos privados.

Essa conjuntura nos impõe uma série de desafios e olhar atento para os encaminhamentos. O projeto de ensino à distância está dentro um escopo de precarizar e mercantilar o ensino ainda mais, tanto para professores quanto para estudantes, em favor dos oligopólios educacionais e do capital. Nesse sentido a pandemia pode ser instrumentalizada e se tornar laboratório de testes desse modelo de educação à distância e se a educação já é atravessada por desigualdades estruturais essa modalidade de ensino prejudicaria ainda mais a classe trabalhadora.

CHANTAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA ASSEGURAR O “DIREITO DE APRENDIZAGEM” AOS “VULNERÁVEIS”

LETÍCIA FIERA

OLINDA EVANGELISTA

RENATA FLORES

No mês de abril, iniciando intensa atividade virtual, o Movimento Todos pela Educação (TPE) realizou dois debates (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020a e 2020c) em aliança com o Conselho Nacional de Educação (CNE). Estiveram em um deles, ou em ambos, o Banco Mundial (BM), o Conselho de Secretários de Educação (Consed), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a União Nacional dos Conselhos Municipais (UNCME), o Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) e um ex-consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de outros. No dia 8, primeiro debate virtual, o TPE (2020b) lançou Nota Técnica sobre o tema, simultaneamente à publicação

de documentos do Banco Mundial (2020), da Unesco (2020) e da OCDE (2020). Os encontros tinham, pelo menos, duas motivações de fundo: mostrar o alcance organizativo e de gestão dos promotores no território nacional e difundir a perspectiva de “ensino remoto durante a pandemia, a ser mantido após”, tal como acordado entre os sujeitos hegemônicos no debate – nuance não revelada. Trata-se, pois, de construir na opinião pública o consenso forjado de unir forças para assegurar o “direito de aprendizagem” aos “vulneráveis” por meio do ensino remoto na rede pública de Educação Básica. Estamos frente a uma gigantesca chantagem aos professores sob o argumento de que para os “vulneráveis” a escolarização é a única alternativa de superação das desigualdades econômica, social, cultural, urbana, rural. Nessa intenção dormitam muitas armadilhas.

TODOS PELO ENSINO REMOTO

Os discursos em ambos os encontros foram consonantes com a posição da Presidente Executiva do TPE, Priscila Cruz, que enfatizou ser premente criar “um laço de solidariedade” entre todos. A composição do todos envolve o Estado, empresários, organizações da sociedade civil, professores, estudantes, pais, compondo o que foi chamada pelo Banco Mundial, no início dos anos de 2010, de “novo conceito de Sistema Educacional”. Contudo, o Estado, nesse caso, relaciona-se mais aos entes federados do que à administração federal. Luiz Roberto Liza Cury, Presidente do CNE, ressaltou, no primeiro encontro, que o Conselho é um órgão do Estado, mas não falou em nome do Ministério da Educação, largamente criticado nas duas mesas virtuais.

Nessa armadilha está inscrita a ideia de que a gestão da política educacional é central; o TPE confere sua capacidade de liderança e inserção nas organizações e secretarias de educação de estados e municípios e expõe sua pretensão de dirigir a coalizão “Governança Educação já”, cujo termômetro de adesão foram os debates com representantes do Banco Mundial, Consed e Undime e ex-consultor

do BID. De outro lado, nos dois encontros o Conselho Nacional de Educação levantou sua proposta de soluções para a situação, aprovada em 28 de abril (BRASIL, 2020).

Na mesma ocasião, os documentos de organismos multilaterais que circularam evidenciaram que não há benemerência na coalizão em andamento; há projeto entoadado para diluir dissensos e fechar acordo em torno das demandas que interessam: os do Capital. Entretanto, essa demanda subjaz ao compromisso de “mitigação” das heterogêneas condições de acesso à aprendizagem dos estudantes da rede pública. No âmago do “todos”, caberia ao Estado prover a necessária infraestrutura tecnológica – largamente em falta e mais degradada após a Emenda Constitucional 95/2019, a PEC da Morte – e recorrer a parcerias com aqueles que desenvolvem e difundem soluções educacionais a distância para ‘supostamente’ garantir conectividade.

A RIQUEZA DAS FORMAS DE ENSINO REMOTO

Os participantes dos seminários virtuais dizem que a operacionalização do ensino remoto será providenciado pelo Estado, ainda que na forma de material impresso aos locais ermos, negando nosso atraso tecnológico, no qual em torno de 42% das residências nacionais não têm computadores. Grassou no debate um particular fetichismo tecnológico que fez o ensino remoto emergir como solução para as dificuldades que se descortinaram com o fechamento de escolas e universidades durante a pandemia. As soluções mágicas, das quais o professor parece ser mero instrumento, explodiram: aulas pela TV local; videoaulas por redes sociais; aulas on-line; plataformas on-line; materiais digitais para professor e aluno; uso de redes sociais; tutoria on-line; tarefas por whatsapp; podcast; kits; blogs; bancos de aulas prontas, aplicativos, apoio psicológico por mensagem. Na porta entreaberta do debate pulavam de alegria os “parceiros”: emissoras de televisão e telefonia, organizações comunitárias, setor privado de tecnologia, emissoras de rádio, consultores com seus pacotes de aprendizagem digitais ou impressos.

Empresas do “ramo educacional”, nacionais e estrangeiras, aproveitam essa “janela de oportunidades” aberta pelo massacre à classe trabalhadora, sob o contorno de louvável preocupação com a aprendizagem, e potencializam a venda de seus produtos. Muitas dessas corporações estavam instaladas, como se constata em mapeamento divulgado pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB, 2018): no Brasil, em 2017, eram 364 edtechs. Agora trata-se de uma invasão “em escala”; sobe pelo esgoto uma parafernália de estratégias para “mitigar a desigualdade e assegurar a aprendizagem”.

À sombra do isolamento social explicitou-se virtualmente o foco nos segmentos “vulneráveis” e na cooptação da escola pública com vistas à punção dos fundos públicos e à exploração do trabalho de professores e familiares. O CIEB (2018) estampa: “hoje já existe dinheiro disponível dentro do governo federal para compra de soluções tecnológicas capazes de ajudar e facilitar o avanço das tecnologias nas escolas”. No caso da Educação Básica, a cobiça das edtechs tem números: 47% delas “desenvolvem soluções” para esse segmento. As grandes empresas transnacionais do mercado de tecnologia digital, as cinco grandes do BigData – Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft –, são a expressão objetiva da consolidação dos interesses em disputa. A oportunidade que se apresentou com o distanciamento social criou as condições para que, no pós-pandemia, “barreiras fossem removidas” não impedindo a efetivação de uma educação mediada por tecnologia no currículo escolar, conforme a OCDE (2020).

DIREITO DE APRENDIZAGEM AOS SUJEITOS VULNERÁVEIS

Repisando a ideia de assegurar o direito de aprendizagem da década de 1990, às expensas da UNESCO, na década de 2010 o Banco Mundial formulou o slogan “Aprendizagem para Todos”. Na quarentena, o tema ressurgiu com grande força e é em seu nome que a flexibilização do currículo, do tempo de tela, dos dias letivos e dos

métodos de ensino vem sendo implementada, bem como formas de “aceleração” da aprendizagem, de avaliação e de certificação.

Para se assegurar a aprendizagem, responsabilizou-se a comunidade de alunos, professores, pais e gestores pela realização de modalidades remotas de aprendizagem. Criou-se uma cadeia social produtora de responsabilização: se o aluno não tiver dispositivos e conectividade, gestores e professores deverão fornecê-los; se as escolas não os tiverem, as parcerias com o setor privado os garantirão; de posse dos meios, o professor orientará e apoiará a aprendizagem dos alunos; se os professores não colaborarem, as escolas os controlarão; se os alunos não aprenderem, isso será verificado nas avaliações. Na cadeia de responsabilização, o diagnóstico dos alunos é pré-dado: são vulneráveis, pobres e a desigualdade social na qual vivem só será “mitigada” se tiverem acesso à formação escolar. Resulta da soma do ‘direito à aprendizagem’ com a ‘mitigação das desigualdades’ o lucro estratosférico das corporações, ainda não totalmente dimensionado.

A tarefa do ensino remoto nem é tão complicada, pois, segundo o CNE, basta seguir os “[...] objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional que estão expressos por meio das competências previstas na BNCC [...]” (BRASIL, 2020, p. 4). A dica para as corporações é preciosa e foi dada há tempos... Aqui enveredaríamos por outro âmbito de reflexão; é suficiente dizer que o mesmo TPE foi fundamental articulador da BNCC e a Fundação Lemann um de seus mais influentes componentes. A síntese é simplista: se os vulneráveis estudarem não serão mais vulneráveis, logo o problema está na escola e não nas relações capitalistas de produção. O brocardo “todos” se desfaz para dar a ver os interesses burgueses que o vincam.

O capital educador dá as cartas camuflado no discurso do “cuidado” à saúde física, social e mental de alunos e professores. “Assegurado” o direito à aprendizagem dos sujeitos vulneráveis por meio do ensino remoto – que, trocando em miúdos, parece ser a garantia do cumprimento do calendário escolar, mesmo que flexibilizado e acelerado –, encobre-se que nossa escola pública forma a classe trabalhadora e seus filhos. Nos aproximamos, pois, dos componentes centrais

do “todos”: trata-se de produzir consenso para manter a hegemonia burguesa sobre conteúdos e métodos remotos de aprendizagem, tendo em vista viabilizar, de um só golpe, a subordinação das mentes e a expansão do mercado.

JUNTOS CONTRA AS DESIGUALDADES

A palavra “desigualdade” e seus adjetivos – social, econômica, tecnológica, educacional – é o mote central da investida sobre a educação básica pública; acompanham-na “direito à aprendizagem”, busca da “equidade”, conquista da “efetividade” na “ação focal”, compromisso com a “mitigação” das diferenças, aproveitamento de “oportunidades”. Tal discurso se presta a gerar consenso para fora da coalizão e diluir oposições à “transição para a EaD” no pós-pandemia. A janela de oportunidades aberta de forma macabra não pode se fechar. Esses capitais são muito ágeis para que as soluções inovadoras comprovem sua “efetividade” e se tornem permanentes debaixo do epíteto da “inovação”.

Explica esse açodamento o fato de que o trabalhador do ano 2030, para ter lugar no mercado de trabalho, formal ou não, terá que portar as habilidades do século XXI, especificamente as ligadas ao domínio da tecnologia em suas múltiplas faces, inclusive instituídas pela BNCC. A OCDE não esconde que está em jogo a realocação dos trabalhadores; a escola não pode parar de formar esses sujeitos para que não fiquem atrasados em relação ao que será demandado deles. Querem nos fazer crer – sem conseguir – que na luta contra a Covid 19 professores e capitalistas são partes iguais do mesmo “todo”.

As reformulações propostas implicam em mudanças ligadas ao mundo do trabalho em razão da reestruturação produtiva e da reconversão laboral docente. Está no horizonte o recrudescimento da exploração da força de trabalho para a produção de valor e consequente lucro. O desenvolvimento de estratégias de convencimento, de consenso, de hegemonia, para a incorporação deste projeto educativo restrito é imprescindível para a sociabilidade capitalista e

as demandas do mercado. Não se trata, pois, de diminuir desigualdades, mas de mantê-las sob controle férreo para que não gerem uma imprevista sublevação popular.

ESCAPAREMOS ÀS ARMADILHAS?

A retórica “técnica” dos acólitos do TPE não esconde sua estratégia para obter consenso junto às entidades representativas de gestores estaduais e municipais e à opinião pública em torno de um projeto educacional criado e dirigido pelo capital. Interage segundo interesses de frações burguesas com as políticas de Estado e com os meios operativos, públicos e privados, para viabilizar sua agenda educacional. Seus laços relacionais se estendem ao sistema financeiro, a Organizações Multilaterais, a Aparelhos Privados de Hegemonia, a empresários, numa sinergia que pode ou não ser conjuntural. Os intelectuais orgânicos do capital e seus aparelhos privados de hegemonia, a exemplo do TPE, elaboram um discurso para “modernizar” a Educação mundial. Para Mészáros (2009), a educação é radicalmente atingida por tais interesses, cujos métodos impõem a necessidade de reformas permanentes de diretrizes elaboradas por seus organismos internacionais e nacionais. Por isso mesmo, alardeia-se a ‘entrega’ de solidariedade, empatia, cuidado, união a sujeitos combalidos; de fato, o presente materializa-se como golpe certo contra a escola pública e a classe trabalhadora.

A coalizão entrou em campo há muito tempo. Suas palavras de chantagem contra profissionais da escola pública e familiares de seus alunos – relembramos, a classe trabalhadora – como estratégia para instalação do ensino remoto serão derrubadas. Não tomaremos como natural o violento projeto educativo em andamento: nós não fugiremos à luta.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19*. Disponível em <http://tiny.cc/91muoz>. Acesso em: 6 maio 2020. 2020.
- CIEB. *Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para o Ensino Remoto*. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/y7dkhfea>. Acesso em: 17 abr. 2020.
- CIEB. *Mapeamento Edtech 2018: investigações sobre as tecnologias educacionais no Brasil*. 2018. Disponível em: <https://preview.tinyurl.com/yd5nrjva>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- HOMERO. *Iliada*. Versão para e-book. 2009. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/iliadap.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- OCDE. *Um roteiro para guiar a resposta educacional à Pandemia da COVID-19 de 2020*. 2020. Disponível em: <http://tiny.cc/fhnuoz>. Acesso em: 13 abr. 2020.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Diálogos com CNE: a educação frente à pandemia*. Webinarário. 2020a. Disponível em: <<http://tiny.cc/dlnuoz>>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19*. Abril 2020. 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/3aTZjSd>>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Regulação e Gestão Educacional durante a emergência de saúde pública*. Abril 2020. 2020c. Disponível em: <<http://tiny.cc/aknuoz>>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- UNESCO. *Respuestas educativas nacionales*. 13/04/2020. 2020. Disponível em: <<http://tiny.cc/rinuoz>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

“O VELHO COM CARA DE NOVO”: JAIR BOLSONARO - ATAQUES E SUCATEAMENTOS A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

ELIEZER HENRIQUE DA SILVA SOUSA

VANDERSON VIANA RODRIGUES

*“Sr. Presidente, esse país tá doente
Nosso povo já não aguenta mais
Sr. Presidente, como você se sente
Ao ver a fila dos nossos hospitais?
Sr. Presidente, até queria que a gente
Se entendesse, mas não sei como faz
Porque essa noite se foi mais um menino ali na rua de trás”*

Estes escritos visam trazer a luz um conjunto sequencial de informações, tendo como ponto chave de análise a conjuntura das ações, modificações e dissoluções que ocorreram/ocorrem na educação pública brasileira, análises que discorrem em relação às políticas e as ações do presidente Jair Bolsonaro que tem flertado com o sucateamento

mento e dissolução da educação pública, bem como as lutas estudantis/sociais por melhorias e manutenção da educação, uma vez que os movimentos estudantis e o descontentamento social com o atual processo de sucateamento/desmonte na educação pública do país, desta forma desestruturando o ensino em sua totalidade, modificando suas dinâmicas, e pautas de lutas de todos os estudantes.

A história nos mostra todo o processo de lutas do movimento estudantil, para assegurar uma educação de qualidade com direitos assegurados pela constituição, a luta do movimento estudantil foi justificada entre os anos de 2002 há 2015 onde o Brasil estava vencendo o analfabetismo, conseguindo inserir com maior escala a juventude periférica nas universidades de todo o país.

Com as inúmeras deformações sofridas no Brasil a partir do ano de 2016, quando ocorreu o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff, a educação passou por severas modificações de cunho estrutural e conjuntural, apresentando assim novos programas e severas modificações aos já existentes, o processo de sucateamento da educação pública está sendo colocado em prática com medidas de desestruturação dos programas de inserção das camadas populares ao ensino superior.

Entendemos que a educação é o meio mais eficaz para uma remodelação histórica, uma vez que o acesso democratizado ao ensino e aprendizagem se estabelece como principal objetivo enquanto sociedade, instantaneamente diminui-se a desigualdade social, oportunizando assim, modificações na realidade social e econômica de uma nação, assim como a força e incentivo motriz para a igualdade de direitos. No Brasil a educação parte de lutas, por uma verdadeira revolução educacional onde todos tenham acesso, equidade e direitos respeitados como estabelece a constituição de 1988 no Art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” . O Estado de onde emana o poder do país, nem sempre tem priorizado tal discurso constitucional em seus

governos, o que assevera as mazelas e as lutas dos movimentos sociais e principalmente dos movimentos estudantis.

Sobre a importância da educação para uma nação Freire (1996) afirma que: “Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescente brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” .

Assim entendemos que a educação assegura o desenvolvimento da vida pessoal e profissional de um indivíduo, mediante o exposto, nota-se que a educação tem uma influência de extrema significância na construção de uma sociedade com equidade, e o poder de decidir seu futuro, desta forma, a educação propicia uma vida melhor a quem têm a oportunidade de utilizá-la, oportunidade esta que contraditoriamente ao que fala a constituição brasileira de 1988, depende das condições socioeconômicas do indivíduo e de sua localização geográfica.

Está à frente do Brasil e não representar a nação brasileira não é um ofício novo, contudo, no cenário atual, onde o mundo sofre uma crise sanitária epidemiológica, no qual vivenciamos os ardores da pandemia, negligenciar áreas como a saúde, educação, sustento alimentação e cidadania, ainda assim flertar com uma ruptura democrática é um cenário novo e infelizmente vivenciado com grande efervescência no atual (des)governo do Pr. Jair Bolsonaro. Como expresso em um dos trechos da letra da música “Sr. Presidente, até queria que a gente, Se entendesse, mas não sei como faz, Porque essa noite se foi mais um menino ali na rua de trás...” quem mais sofre e mesmo resiliente tem estado esgotado/flagelado é o povo brasileiro em suas, mais diversas multivariações.

Jessé de Souza em seu livro “A elite do atraso: da escravidão à lava jato” ao retratar a conjuntura e os políticos brasileiros nos fala que “Os políticos são os “aviõezinhos” do esquema e ficam com as sobras do saque realizado na riqueza social de todos em proveito de uma meia dúzia. Combater a corrupção de verdade seria combater

a rapina, pela elite do dinheiro, da riqueza social e da capacidade de compra e de poupança de todos nós para proveito dos oligopólios e atravessadores financeiros” .

Em outubro de 2018 Jair Bolsonaro é eleito presidente da república, um presidente com pensamento defasados, trazendo os ideários neoliberais e consigo seu modelo privativo dos bens públicos, desencadeando dessa forma várias ondas de ataques à juventude, com o posicionamento hostil, de não buscar diálogos com os movimentos sociais, tal argumentação é sustentada pelas suas ações primeiramente pelas redes sociais a qual ele publicou que pretende cortar recursos das ciências humanas para focar em áreas que “gerem retorno imediato ao contribuinte”. Segundo Bolsonaro, “O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”.

Os cortes afetam toda a estrutura de ciência e tecnologia no Brasil, investir em ciência é um investimento na soberania nacional, o progresso do povo, Bolsonaro enquanto figura representa o plano neoliberal no Brasil, promove uma onda de mazelas retirando verbas das ciências humanas, desqualificando assim os futuros professores, profissionais que irão capacitar os próximos profissionais, contudo entendemos que essas ações fazem parte do plano de sucateamento total da educação pública, para implantar a alienação da grande massa, desta forma os estudantes recorreriam as instituições privadas.

O desgoverno impôs cortes e reiterou o boicote aberto ao movimento estudantil, propagando a mensagem de desmobilização direta dos estudantes, uma vez que as universidades que recebessem congressos de organização dos estudantes tiveram verbas cortadas, aproximando assim a imagem do Brasil a mesma da dos anos de militarismo repressor, da censura, essas medidas sendo instauradas nas universidades é vital para o plano de desmonte da educação brasileira de Bolsonaro, a perseguição a quem se opõe é aberta, retirando a verba que seria destinada aos estudantes.

Hoje a educação brasileira sofre ataques, mas a juventude estará presente, sendo a resistência, o movimento estudantil resiste e envia

mensagens ao presidente e seu ministro da (des)educação, que não vai se calar, e não vai se omitir, não fugiremos da luta, o movimento estudantil irá as ruas protestar e marcar mais uma vez a história da democracia brasileira, história esta que sempre foi marcada por lutas e conquistas, chegou a hora de lutar para conquistar.

No momento atual onde a pesquisa e extensão universitária é de fundamental importância para buscar resoluções para ajudar a população, a educação e as universidades ressaltam seus já consolidados valores a todos, e é com a catástrofe da COVID-19 que fica claro com que vigor estão as ações e atitudes próximas a população e a sociedade brasileira, onde os estudantes e suas instituições tem promovido ações mesmo com o já escasso financiamento e matéria prima das instituições, que neste governo vem sendo sucateadas. O Ministério da Educação – MEC tem sido negligente em prestar e formar ações junto as universidades para que a partir delas sejam realizadas mais pesquisas, testes e atividades.

A educação brasileira, junto ao movimento estudantil veio se (re) moldurando ao longo dos anos, governo a governo, seguindo linhas que buscaram mudar a situação das escolas e a realidade de grande parte dos alunos, neste sentido inúmeros programas entram e saem de vigência. É de extrema importância ressaltarmos que as políticas governamentais ligadas ao MEC, não são políticas pensadas para além da gestão de quatro anos de um governo, o que acarreta descontinuidade dos programas afetando assim os resultados esperados.

Nós, os estudantes, cientistas, pesquisadores, professores e inúmeros outros profissionais que lutam pela educação brasileira não nos rendemos a política nefasta com pensamento retrogrado do neoliberalismo, não aceitamos o sucatear de nossas escolas e universidades, não permitiremos o fim de bolsas de pesquisa e o sucateamento da nossa educação, assim como em toda a história do nosso país, a educação e o movimento estudantil passam por ataques, repressões e novos desafios, mas mesmo em meio a tantos desafios estamos a fazer ciência e educação, pois somos jovens, e temos como propósito um país melhor, pois como diria Ernesto Che Guevara “Se tu tremes de indig-

nação cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros” seguiremos na luta por igualdade e melhorias sociais.

É com força e garra que não vamos deixar a luta pela educação ser sufocada e calada, pois a juventude tem sede de conhecimento e de igualdade em sua plenitude, de garantir os direitos já conquistados e de lutar por democracia, pelo direito do povo brasileiro principalmente os periféricos e afastados da centralidade das classes sociais dominantes, por uma educação pública de qualidade, pois como diria Monteiro Lobato “Um país se faz com homens e livros”.

DO CAOS À PANDEMIA: EDUCAÇÃO EMERGENCIAL EM ESCOLAS DO CAMPO

LUCIMÉA SANTOS LIMA

MARCUS BERNARDES

Ninguém imaginava que o crepúsculo natalino de 2019 ofertaria em março de 2020 a pandemia de COVID-19 (tipo específico de coronavírus), uma doença respiratória aguda com alto poder de contágio. Em poucos dias todo um novo vocabulário de ações e sensibilidades com o corpo começaram a fazer parte do cotidiano das pessoas¹.

Uma situação de crise também acentua antigas e candentes contradições de nossa estrutura social, econômica e política. Os dias pandêmicos desencadearam um aumento no índice de violência doméstica, por exemplo². A necessidade de uma higienização constante, principalmente das mãos, “revela” que a água não se encontra disponível para todas as pessoas e as práticas de isolamento ou quarentena só fazem sentido para quem tem casas que não se resumem a

1 Práticas de distanciamento social para diminuir a velocidade de transmissão do vírus; isolamento como medida de separação de pessoas doentes e saudáveis, além da quarentena que restringe as atividades e separa as pessoas que potencialmente podem estar infectadas.

2 Sobre violência doméstica em tempos de COVID-19, acesse: <http://tiny.cc/jlluoz>

um cômodo, partilhado, muitas vezes, por mais de dez indivíduos (e as pessoas em situação de rua?). Carentes de uma assistência efetiva do Estado é impossível que trabalhadores e trabalhadoras (grande parte na informalidade) tenham o direito de ficar em casa. No âmbito da educação, o fechamento das escolas e as conseqüentes aulas virtuais implicam conhecimentos e materiais necessários para a inclusão digital; e se a realidade é a síntese de múltiplas determinações como dizia o velho Marx, demandas de saúde pública não podem ser dissociadas de questões de classe, raça e gênero e, como veremos, de ambiências urbanas e rurais.

O objetivo deste ensaio é construir uma reflexão sobre este momento de pandemia e a educação. De maneira mais específica nos interessa aqui compreender a educação emergencial através da escola do campo e, de forma particular, a importante perspectiva estudantil desses processos. Percebemos alguns estudos com discussões legítimas e interessantes em torno da necessária instrumentalização dos professores neste momento, mas nos perguntamos: como ficam os estudantes em tempos de educação remota emergencial³?

PANDEMIA E EDUCAÇÃO EMERGENCIAL

A partir da continuidade da pandemia diversas associações científicas têm divulgado boletins importantes. Restringimos aqui a nossa grande área das Ciências Sociais e, particularmente, à Antropologia. Citamos alguns: Boletim Ciências Sociais e o Coronavírus da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; antropLÓGICAS Epidêmicas: diários de uma epidemia relacionada principalmente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o Observatório CEMI da Unicamp; etc. Tais portais são de extrema importância porque além de informar a população, demonstram a

3 Contudo, sabemos que pesquisas estão em curso no esforço de compreensão da pandemia de COVID-19 e seus desdobramentos na educação básica, superior e seus diversos atores. Este livro se enquadra nesta perspectiva de entendimento do processo educativo através de múltiplos olhares.

necessária articulação entre diferentes ciências para a compreensão da realidade. As Ciências Sociais são imprescindíveis para estabelecer critérios mais efetivos de políticas públicas, auxiliar nas relações entre diferentes grupos étnicos e princípios biomédicos gerais, construir análises de conjuntura para indicar soluções pautadas no coletivo, etc. Ainda assim, fazendo um levantamento dos boletins, são inexistentes discussões sobre a educação até o momento⁴.

É fundamental entender as diferenças entre Educação à Distância (EAD) e Educação Emergencial. A Educação à Distância envolve desde o início uma adequação do conteúdo trabalhado para a realidade virtual, atividades e aulas síncronas e assíncronas, suporte constante de tutores, amplas estratégias de abordagens, plataformas (os chamados ambientes virtuais de aprendizagens) previamente conhecidas pelos professores e tutores, etc. As escolas estão diante de uma Educação Remota Emergencial. Remota porque a tecnologia tornou-se mediadora para as aulas presenciais; emergencial no que se refere a um conjunto de estratégias de ensino que têm sido pensadas e adaptadas no calor do momento.

A ESCOLA DO CAMPO

A escola objeto das nossas reflexões está localizada no interior da Bahia, especificamente no Território de Identidade do Recôncavo baiano na pequena cidade de Sapeaçu. Alguns fatores influenciam esta escolha tais como localização, composição racial da população, a distribuição demográfica de sua população e suas condições históricas. A cidade estabelece limites com Cruz das Almas, Conceição do Almeida, Castro Alves e Cabaceiras do Paraguaçu. É consideravelmente pequena, com pouco mais de 17.548 habitantes e possui Produto Interno Bruto (PIB) per capita girando em torno de R\$ 8.743,50 em 2010; seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

4 Exceto o portal Café com Sociologia mantido pelos professores Cristiano Bordart e Roniel Sampaio-Silva, visto que é um espaço para discussões, principalmente, sobre Sociologia Escolar e Educação.

estava em 0,614 e a distribuição demográfica se dá de tal modo que mais da metade (53%) da população é residente da zona rural.

As características de distribuição demográfica e autodeclaração racial dos moradores do município indicam que mais de 80% dos habitantes da zona urbana e quase 90% dos moradores da zona rural se declaram pretos ou pardos; a taxa de analfabetismo é alta tanto entre os moradores da zona urbana quanto na zona rural que gira em torno de 20%. Em termos de distribuição etária da população os dados apresentados dão conta de que 24,76% referem-se aos menores de 15 anos de idade, 66,69% tem entre 15 e 64 anos e 8,55% tem 65 anos ou mais.

O Colégio Estadual do Campo Anativo do Sacramento foi inaugurado em trinta e um de julho de 2009 e surgiu de uma demanda recorrente das comunidades que até então precisavam enviar crianças e adolescentes para escolas na cidade. Localizada na comunidade rural do Murici, distante cerca de trinta quilômetros da sede, a escola fica no último lote da comunidade cercada por um muro alto e não tem muitas árvores frutíferas ou jardim, conta com um complexo de dez salas de aula, laboratório de informática, banheiros, cantina, secretaria e diretoria, com capacidade para atender 900 alunos nos três turnos e não tem acesso banda larga à internet.

Há pesquisas⁵ que tratam das questões referentes ao acesso destes grupos que foram historicamente excluídos do ensino superior público e privado. Demonstam também as estratégias criadas, bem como as políticas implementadas que foram capazes de auxiliar num resultado final positivo. É a partir destes dados, inclusive, que ini-

5 Ver SANTOS, D. B. R. *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2009; FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002; GOMES, J. B. *O debate constitucional sobre as ações afirmativas*. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (Orgs.). *Ações afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, entre outros e outras.

ciam pesquisas de modo a conhecer como tem se dado a trajetória de estudantes negros e negras no ensino básico. A qualidade do ensino, a permanência e até a falta de acesso de estudantes negros e negras na educação básica no Brasil são questões centrais a serem consideradas ao explicar a estrutura das desigualdades presente na escolarização desta parcela da população.

Quando o debate coloca em foco a educação no campo estas estruturas incorporam outras particularidades visto que os estudantes oriundos dessas comunidades apresentam idiosincrasias muitas vezes não respeitadas, nem compreendidas pelos projetos políticos das escolas, que seguem reproduzindo matrizes de ensino urbano sem considerar a realidade compartilhada dos estudantes, suas vivências e condições socioculturais. Este debate é agravado se considerarmos o contexto de pandemia e as disputas em torno das práticas educativas, o acesso ou não às novas tecnologias e a emergência do produtivismo que a longo prazo determinará as trajetórias “vencedoras” baseadas em uma ideologia meritocrática, porém intencionalmente cega às desigualdades sociais.

Abordar sobre educação em comunidades rurais no Recôncavo baiano é refletir especialmente sobre a educação da população negra, visto que estes territórios, principalmente no norte e no nordeste do país, foram os que mais receberam a população negra e é formada majoritariamente por esta parcela da sociedade que logo após o fim da escravidão foi levada (de inúmeras maneiras) ao interior do país e por lá se manteve⁶.

Cynthia Veiga (2008)⁷ fala-nos de como nas memórias sobre escola brasileira, a escola pública, pelo menos nos primeiros 60 anos do século XX, era vista com grande prestígio pela sociedade e que os

6 SILVA, René Marc da Costa. Identidade, territorialidade e futuro das comunidades rurais negras no Brasil. In: Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 143-157, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://tiny.cc/ipluoz>, acesso em 09 de maio de 2020.

7 VEIGA, Cynthia Greive. *Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial*. Revista Brasileira de Educação, v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

grupos escolares, os ginásios, cursos de científico e “Escola Normal” públicos eram considerados de excelência, tendo suas vagas disputadas em exames por pessoas das classes médias e altas.

A partir de Marisa Bittar e Mariluce Bittar (2012, p. 158)⁸ é possível entender como se deu a estruturação do sistema de educação tal como conhecemos hoje. Em meio a regimes autoritários e a busca pela democracia, o sistema de ensino brasileiro foi diversas vezes reformado. E sua estrutura direcionada a responder as mudanças pelas quais o país passava.

Nas décadas compreendidas entre 1930 e 1960, o Brasil passou por mudanças estruturais que incidiram diretamente sobre a construção de um sistema nacional de educação pública. No plano estrutural, o País passava por uma transição caracterizada pela aceleração do modo capitalista de produção, o que ocasionou transformações superestruturais, notadamente no aparelho escolar. Em termos políticos, o período está compreendido entre dois processos vinculados à transição de um modelo econômico agrário-exportador para industrial-urbano: a Revolução de 1930 e o golpe de Estado de 1964.

Apesar de ser considerado um país de origem agrária, políticas voltadas para a educação no campo ainda são incipientes. A memória de matrizes culturais apoiadas numa economia agrária latifundiária e escravagista interferiu historicamente nos modos como foram construídas as políticas educacionais do Brasil. Ao relacionar pandemia e escolas do campo, a perspectiva etnográfica revela olhares interessantes para entendermos os desafios que começam a emergir das negligências históricas das classes dirigentes do país.

ESTUDANTES EM TEMPOS DE PANDEMIA

A etnografia virtual nos permite o deslocamento qualitativo

8 BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. *História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade*. In: *Acta Scientiarum*. Education. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, july-dec., 2012.

necessário em função do contexto atual da pandemia. Não é uma abordagem recente visto que entrelaça Antropologia a outros temas, como: a cibercultura⁹, as tecnologias da informação e comunicação e o campo de pesquisa on-line¹⁰. Contudo, é provável que as discussões em torno deste tipo de etnografia a partir de agora ganhem novo fôlego. Além disso, a etnografia nos remete à dialética necessária entre o local e o global, o microscópico e o universal¹¹. A análise aqui apresentada escondem temporalidades diferentes que na escrita tornam-se presentificadas. Os estudos sobre as escolas do campo acompanham a autora e o autor há algum tempo, bem como suas vivências em pesquisas na área da educação e atuação em sala de aula. A estas experiências foi somada uma análise de conjuntura atual para investigar a escola e seus atores neste momento específico da pandemia.

O último dia de aula presencial em dezessete de março de 2020 foi radical e informativo, como narra um estudante. Com o diretor e o quadro docente reunidos foi discutida a situação da pandemia em nível local e mundial, alertando inclusive para os cuidados básicos a serem tomados (higienização constante das mãos, noções de distanciamento e isolamento social, grupos de riscos, etc.). Foram também indicadas as medidas virtuais para a continuidade das aulas remotamente.

As medidas para o trabalho remoto da escola envolvem a interação entre a rede social Instagram e o Google Sala de Aula¹². Desde

9 LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2009.

10 FERRAZ, Cláudia Pereira; ALVES, André Porto. *Da Etnografia Virtual à Etnografia online: deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital*. In: *XLI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Anais. Caxambu: ANPOCS, 2017. Disponível em: <http://tiny.cc/ipluoz>, acesso em 01 de maio de 2020.

11 PEIRANO, Mariza. *Um ponto de vista sobre o ensino da Antropologia*. In: GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006.

12 Através do *Google for Education*, a empresa tem investido em vários tipos de fer-

setembro de 2019 o Colégio Estadual do Campo Anativo do Sacramento possui uma página no Instagram com o nome @ceasmurici. No momento desta análise (maio de 2020) a página possui 269 seguidores, contando com 98 publicações. Projetos escolares, aulas inaugurais, eventos em geral são ações divulgadas na página. Entretanto, a partir do dia 13 de abril de 2020, a página adquire outra conotação voltando o seu conteúdo para a adequação da educação remota emergencial.

Em vídeos curtos, o diretor da escola convida os estudantes a participarem das atividades propostas e cobrando dos professores assiduidade na proposição de atividades. As últimas três publicações são breves tutoriais ensinando os estudantes sobre a plataforma Google Sala de Aula. A plataforma era desconhecida do nosso principal interlocutor. Apesar de algumas complicações em torno do aplicativo e da adequação à nova modalidade de aula, ressalta a importância da continuidade dos seus estudos. Sinalizamos que o estudante não tem computador ou notebook, faz as atividades a partir de um aparelho celular e provavelmente, pelo contexto já apresentado é fácil presumir que ele não é o único.

As escolas de forma geral tiveram que passar por um período de trabalho interno para que os professores conhecessem novas plataformas digitais, só depois desta organização é que as aulas retornaram de fato. É importante sinalizar que a flexibilização do horário de trabalho e o home office não significam maior tempo de descanso para professores e professoras, como imagina uma parcela da população. Longe disso, professoras e professores desdobram-se em maratonas de atualização técnica, buscando apreender de forma rápida e eficaz o maior número de ferramentas de trabalho em meio às novas tecnologias. Professores e professoras estão no meio de atividades oriundas das demandas da escola, atendimentos aos estudantes e pressões da sociedade em geral e das famílias em particular, que muitas vezes colocam em xeque a existência efetiva do trabalho dos docentes. Home

ramentas específicas para o mundo da educação. Contudo, existem fortes denúncias sobre o monopólio e venda de informações dos usuários: <http://tiny.cc/vwluoz>

office pode ser um termo novo, mas o trabalho realizado em casa é um velho conhecido de professoras e professores. Contudo, a ausência da sala de aula rompem as fronteiras do tempo e dificultam os necessários horários de descanso, precarizando ainda mais a situação dos trabalhadores da educação.

Na perspectiva de nosso interlocutor a escola tem se empenhado bastante para a continuidade das aulas de forma remota e tem discutido sobre o vírus e os cuidados necessários para diminuir as taxas de contaminação. O momento cria diferentes tipos de preocupação: questões imediatas de saúde e adoecimento e as incertezas quanto às provas do Enem, por exemplo. Contudo, ele sinaliza confiança e espera que a pandemia “vai passar logo”.

A principal diferença indicada pelo estudante entre as aulas virtuais e as presenciais é a dimensão da interação. A escola não é um espaço de transmissão de conhecimento, mas de construção de saberes. Construir demanda um contato fruto de um conjunto de relações sociais entre diferentes atores escolares. Outra questão refere-se às discussões sobre inclusão digital. Apesar de ter acesso à internet (embora o sinal não seja constante), os computadores e notebooks são uma realidade distante para a maior parte dos estudantes. O celular moderno, devido a suas múltiplas funções, vai adquirindo uma centralidade como mediador da educação remota emergencial. Acreditamos que esta tendência possa ser generalizada.

Na sala de aula, muitas vezes, celulares eram aparelhos incômodos que desviavam a atenção dos estudantes. Devido às múltiplas funcionalidades, os celulares tornam-se extensões do humano. A desigualdade, porém, mostra os diferentes acessos e potencialidades destes aparelhos. Aplicativos exigem cada vez mais memória e processadores rápidos, o que impõe a compra constante de novos produtos. Além disso, nas comunidades rurais os sinais de internet e telefonia oscilam muito, o que dificulta o acesso e a integração ao mundo virtual. Mesmo imerso em critérios de exclusão digital, o celular é ressignificado em seu potencial uso educativo.

O NOVO NORMAL?

A crise da escola pública no Brasil há muito tempo já foi assinalada por Darcy Ribeiro enquanto um projeto. Escolas públicas do campo são importantes e recentes espaços conquistados, porém sob circunstâncias de precariedades ainda maiores se compararmos às escolas citadinas. O caos da precarização é potencializado pelo momento de pandemia. Contudo, nossas últimas palavras aqui voltam-se para as notícias do chamado o novo normal.

Diferentes cenários são apresentados pelos intelectuais de como será o mundo pós-pandemia. As visões alternam de acordo com o projeto político e social defendido pelas autoras e autores. Mas há um acordo: a humanidade não é exatamente a mesma. Nossa ânsia cultural pelo controle nos leva a uma espécie de Psico-história – uma ciência fictícia – criada por Isaac Asimov que relaciona Psicologia, Sociologia, História e Matemática Estatística para prever os movimentos da humanidade. Como vimos, a normalidade está assentada no conjunto de desigualdades de classe, raça, gênero e sexualidades. Desigualdades estas que ferem, enganam, adoecem e matam cotidianamente. O normal estabelecia a educação como privilégio e mercadoria. (In)felizmente não temos uma Psico-história, então qual será o novo normal da educação pública no Brasil?

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

SÁVIA BONA B. SOARES é professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Doutoranda na Universidade de Brasília (UnB), em estância sanduíche na UNAM/México e integrante do conselho editorial da Editora O Lampião.

JOÃO RODRIGO é cria do extremo norte de São Paulo. Educador Popular, Anarquista, Cientista Social pela Unicamp e mestre em Antropologia Social pela UFSC. Atualmente trabalha na área cultural e desenvolve pesquisas sobre neoliberalismo, Estado e movimentos sociais.

LETÍCIA FIERA é professora da Rede Pública no Estado de Santa Catarina. Doutora em Sociologia Política pela UFSC. Realiza estágio de pós doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação/UNOESC - CAMPUS Joaçaba. Pesquisadora do Grupo de Investigações em Políticas Educacionais (GIPE-Marx).

OLINDA EVANGELISTA é professora aposentada voluntária no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC. Professora Sênior no Programa de Pós-graduação em Educação da UNOESC. Coordenadora do Grupo de Investigações em Políticas Educacionais (GIPE-Marx).

RENATA L.B. FLORES é professora de Séries Iniciais no Colégio de Aplicação da UFRJ. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC. Pesquisadora do Grupo de Investigações em Políticas Educacionais (GIPE-Marx) e do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (ColeMarx).

ELIEZER HENRIQUE DA SILVA SOUSA é graduando em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Bolsista de Iniciação Científica IC-PIBIC/FAPEMA 2019/2020; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM/UEMA

VANDERSON VIANA RODRIGUES é mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGG/UEPA; Esp. Em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade-UCAM; Graduado em Geografia Licenciatura-UEMA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM/UEMA, e do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia - GPTECA/UEPA.

LUCIMÉIA SANTOS LIMA é doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

MARCUS BERNARDES é mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás. Professor de Ciências Sociais do Centro Universitário FG – UniFG. Membro da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS).



9 786599 095825